

Página Inicial

Últimas Notícias

Artigos

Agenda

Pesquisa

Equipe

ORDEM DO DIA

Plenário tem quatro matérias na pauta da sessão de hoje e outras dez na próxima semana

Letícia Rodrigues - MTE 9373 | Agência de Notícias - 12:24 - 26/04/2022 - Foto: Joaquim Moura



Na reunião de líderes desta manhã (26), os parlamentares acordaram deixar o projeto que trata de alterações na chamada Lei Kiss para o fim da pauta de votações da sessão de hoje, não devendo ele ser deliberado nesta tarde. O objetivo é dar mais tempo ao debate da proposta, que autoriza os técnicos industriais a realizarem projetos e executarem serviços nos Planos Simplificados de Prevenção e Proteção de Incêndios, realizando inclusive uma audiência pública.

Como na semana que vem haverá nove projetos do Poder Executivo que trancarão a pauta de votações, em função de terem sido protocolados em regime de urgência, é provável que a matéria também não seja apreciada na sessão da próxima terça-feira (3). Entre os projetos que trancam a pauta estão os que tratam da revisão geral anual das remunerações e subsídios dos servidores públicos estaduais e a que autoriza o Estado a repassar recursos para obras em estradas federais. Além das nove proposições do Executivo, ainda foi incluído um projeto do Poder Judiciário para as votações da semana que vem.

Confira as matérias na pauta da sessão de hoje:

- PDL 2 2022**, da Comissão de Finanças, Planejamento, Fiscalização e Controle, que aprova a indicação do nome de Edson Meurer Brum para exercer o cargo de conselheiro do Tribunal de Contas do Estado.
- PL 146 2019**, do deputado Airton Lima (Podemos), que dispõe sobre a garantia do direito de preferência das mulheres vítimas de violência doméstica à matrícula e à transferência dos filhos, ou de crianças e adolescentes sob sua guarda, nas escolas da Rede Estadual de Ensino do Estado do Rio Grande do Sul.
- PL 429 2019**, do deputado Vilmar Zanchin (MDB), que altera a Lei nº 11.038, de 14 de novembro de 1997, que dispõe sobre a parcela do produto da arrecadação do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS) pertencente aos municípios.

PESQUISA DE NOTÍ

Termo

Período

TV ASSEMBLE

Assembleia Legislativa refo
campanha de estímulo ao v

Data: 27/04/2022

Audiência pública da Comis
Economia debate crise na c
produtiva do leite

Data: 27/04/2022

Fachada iluminada do Legi
promove proteção e cuidad
animais

Data: 26/04/2022

RÁDIO ASSEN

FRENTE PARLAMENTAR EM DEF
VÍTIMAS DE COVID-19

27/04/2022 16:18

Frente Parlamentar voltada
de políticas públicas para v
Covid-19 é instalada na Ass
Legislativa

SESSÃO SOLENE

27/04/2022 15:21

Deputados destacam Dia In
dos Trabalhadores na tribur

COMISSÃO DE SAÚDE E MEIO AM

27/04/2022 13:12

Presidente do INPRÓS alert
índices de câncer de prósta
apoio da Comissão de Saú

COMISSÃO DE ECONOMIA, DESE
SUSTENTÁVEL E DO TURISMO

27/04/2022 12:36

Entidades do setor leiteiro s
intermediação de Zé Nunes

4. **PLC 39 2020**, do deputado Papparico Bacchi (PL), que altera a Lei Complementar n.º 14.376, de 26 de dezembro de 2013, que estabelece normas sobre Segurança, Prevenção e Proteção contra Incêndios nas edificações e áreas de risco de incêndio no Estado do Rio Grande do Sul e dá outras providências.

audiência com o governador
decretos que aumentam ca

PODCAST

27/04/2022 12:00

Juliana Brizola fala sobre m
participação política

» Veja mais

Confira as proposições na pauta da próxima sessão (3):

1. **PL 44 2022**, do Executivo, que autoriza o Poder Executivo a prorrogar parte dos contratos de que tratam leis sobre a contratação emergencial de servidores para o Instituto-Geral de Perícias. (Prazo fatal em 30/04)
2. **PL 45 2022**, do Executivo, que autoriza a Fundação de Proteção Especial do Rio Grande do Sul – Fundação Proteção a contratar, em caráter emergencial e por tempo determinado, recursos humanos. (Prazo fatal em 30/04)
3. **PL 46 2022**, do Executivo, que autoriza o Poder Executivo a prorrogar, por até 12 (doze) meses, as contratações emergenciais e temporárias de que trata a Lei n.º 15.303, de 18 de julho de 2019, e dá outras providências, no Departamento Autônomo de Estradas de Rodagem. (Prazo fatal em 30/04)
4. **PL 47 2022**, do Executivo, que autoriza o Poder Executivo a prorrogar, por até 12 (doze) meses, as contratações emergenciais e temporárias de que tratam o art. 3º da Lei n.º 14.995, de 3 de maio de 2017 e o art. 1º da Lei n.º 15.509, de 19 de agosto de 2020, no Departamento Autônomo de Estradas de Rodagem. (Prazo fatal em 30/04)
5. **PL 50 2022**, do Executivo, que altera a Lei n.º 15.668, de 27 de julho de 2021, que dispõe sobre as diretrizes para a elaboração da Lei Orçamentária para o exercício econômico-financeiro de 2022 e dá outras providências. (Prazo fatal em 30/04)
6. **PL 51 2022**, do Executivo, que autoriza o Poder Executivo a firmar, por meio do Daer, aditamento aos contratos mantidos pelo DNIT, com o objetivo de executar obras e serviços de pavimentação, duplicação e interseções, inclusive terraplenagem, sinalização, drenagem, obras de artes especiais, construção de trevos, dentre outros, nos trechos da malha rodoviária federal no âmbito do território do Estado do Rio Grande do Sul, abrindo crédito especial para o atendimento das respectivas despesas, até o limite de R\$ 495.100.000,00. (Prazo fatal em 30/04)
7. **PL 52 2022**, do Executivo, que dispõe sobre a revisão geral anual, de que trata o inciso X do art. 37 da Constituição Federal, das remunerações e subsídios dos servidores públicos dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, do Ministério Público, do Tribunal de Contas e da Defensoria Pública do Estado, das autarquias e fundações públicas estaduais, bem como dos proventos de inatividade e pensões. (Prazo fatal em 30/04)
8. **PLC 48 2022**, do Executivo, que altera a Lei Complementar n.º 15.756, de 8 de dezembro de 2021, que estabelece normas de finanças públicas no âmbito do Estado voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal com a adoção de mecanismos de limitação do gasto público e de controle e manutenção do equilíbrio das contas públicas. (Prazo fatal em 30/04)
9. **PLC 49 2022**, do Executivo, que altera a Lei Complementar n.º 10.098, de 3 de fevereiro de 1994, que dispõe sobre o estatuto e regime jurídico único dos servidores públicos civis do Estado do Rio Grande do Sul. (Prazo fatal em 30/04)
10. **PL 160 2017**, do Judiciário, que extingue e cria cargos de juiz de direito substituto, e dá outras providências.

Acompanhe a votação

A sessão ordinária desta tarde será transmitida, ao vivo, a partir das 14h, pela TVAL (canal aberto 11.2, canal 16 da Net/Claro, [portal](#) e [YouTube](#)); pela [Rádio AL](#) e pelo [Facebook](#). Também é possível acompanhar o andamento das votações pelo [Twitter](#).

Antes das votações, ocorre o período do Grande Expediente, que está reservado para deputada Juliana Brizola (PDT).

[Indicar Matéria](#)

[Versão de Impressão](#)

Curtir 0

Reunião de Líderes das Bancadas



ÚLTIMAS NOTÍCIAS

26/04/2022 - 17:17 - Deputados aprovam nome de Edson Brum para conselheiro do TCE

26/04/2022 - 17:15 - Pronunciamentos na tribuna nesta terça-feira

25/04/2022 - 16:23 - Sarau do Solar Solidário arrecada 350 quilos de alimentos

25/04/2022 - 09:00 - Quatro matérias disponíveis para apreciação na sessão de terça-feira

22/04/2022 - 11:27 - Atividades da Assembleia Legislativa de 25 a 29 de abril

» [Veja mais](#)

[Login](#)